

**Dinâmica econômica em colapso:**

## análise da estrutura setorial das metrópoles brasileiras

Juliana Bacelar de Araújo (UFRN)

André Mourthé de Oliveira (UFOP)

**RESUMO GERAL**

O Brasil é na atualidade um país eminentemente urbano, em que parcela significativa da população se concentra nos espaços metropolitanos, o que confere à dinâmica econômica modos de estruturação que refletem essa realidade. De um lado, a forma como o país se organiza populacional e territorialmente influencia na sua estrutura econômica; de outro lado, essa estrutura econômica contribui para a organização populacional e territorial do país. Neste sentido, a preocupação com o desenvolvimento econômico nacional deve considerar o importante papel desempenhado pelas áreas metropolitanas nos mercados de consumo, na dinâmica econômica e na organização do mercado de trabalho. No período da industrialização nacional (1930/1980) as áreas metropolitanas constituíram-se como os principais lócus da indústria de transformação, da construção civil e dos serviços, especialmente os especializados. O pós-1980 marca a transição para um novo padrão de acumulação capitalista no Brasil e a consolidação de novos processos estruturantes, como a desindustrialização, a reprimarização da pauta exportadora e a desconcentração econômica-territorial (RIBEIRO e CLEMENTINO, 2020 p.10), impactando profundamente as metrópoles brasileiras.

A sessão livre “Dinâmica econômica em colapso: análise da estrutura setorial das metrópoles brasileiras” tem como objetivo geral analisar a estrutura econômica das principais metrópoles brasileiras vis-à-vis sua inserção regional-estadual e nacional no período de 2007 a 2019. Propõe-se, como objeto das apresentações, a análise de quatro grandes setores de atividade econômica, correspondendo cada setor a uma palestra: 1. Indústria extrativa e mineral; 2. Indústria de Transformação; 3. Construção Civil; e 4. Terciário. Tais dimensões serão analisadas tendo como base as principais regiões metropolitanas brasileiras, e tendo em vista os diferentes contextos regionais onde elas estão inseridas.

O período de análise será de 2007 a 2019, onde destaca-se dois subperíodos: i) 2007-2014, período de aceleração e desaceleração das taxas de crescimento do PIB, com retomada dos investimentos, expansão do consumo, da renda e do crédito, menores taxas de desemprego e aumento da formalização dos contratos de trabalho; e ii) 2015-2019, período de crise e baixas taxas de crescimento da economia, de redução sistemática das taxas de investimento público e privado, crise fiscal e política do Estado, elevação das taxas de desemprego e aumento da informalidade.

No primeiro período, busca-se analisar parte significativa do período do experimento desenvolvimentista onde é possível observar uma desconcentração

“heterogênea” da urbanização, no sentido da interiorização. Esse movimento ocorre, de um lado, pela ampliação e consolidação das políticas sociais e melhorias no mercado de trabalho dos anos 2000, que deram condições de permanência e oportunidade, especialmente nas cidades de porte médio mais dinâmicas. De outro, pelo crescimento das cidades que abrigam atividades conectadas à inserção externa da economia brasileira, mormente à exportação de commodities.

Já no segundo período observa-se, segundo Ribeiro (2017), a ocorrência de uma “virada ultra liberal” sustentada no tripé financeirização, desindustrialização e austeridade fiscal (KLINK, 2018; BLYTH, 2017; DWECK, OLIVEIRA E ROSSI, 2018, CANO, 2017). Verifica-se também a retomada de reformas liberalizantes, entre elas destaca-se a adoção de medidas de flexibilização das relações de trabalho no Brasil (Reforma Trabalhista de 2017 e Lei nº 13.874 de 2019), corrosão das infraestruturas econômicas e sociais e a desconstrução do sistema de solidariedade territorial e reconfiguração do conflito social (CLEMENTINO, MIOTO e ARAÚJO, 2021).

Apesar do trabalho não se debruçar sobre o período da pandemia, por ausência de dados consolidados, é possível observar que as mudanças em curso dão continuidade ao movimento anterior, pós-2015, são importantes para pensar e elaborar políticas para pensar a retomada do desenvolvimento econômico. A crise sanitária da pandemia da Covid-19 impôs aos governos, em escala global, a necessidade da adoção de um conjunto de medidas, desencadeando crises econômicas, políticas e sociais. Para conter a propagação do vírus foram necessárias a adoção de medidas de isolamento social e, em alguns momentos, apenas a manutenção de atividades econômicas essenciais. A relação entre os impactos da pandemia, o padrão de urbanização, a estrutura econômica e do mercado de trabalho provocou várias discussões sobre a capacidade de enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Nos espaços metropolitanos, as condições de trabalho, moradia, infraestrutura e seguridade não permitiram que parte da população, especialmente a mais vulnerável, cumprisse o isolamento. Do ponto de vista econômico verificou-se impactos relativamente maiores sobre alguns setores industriais e de serviços e pequenas e médias empresas. As medidas emergenciais adotadas, apesar de importantes para reduzir os impactos da pandemia sobre a classe trabalhadora e os beneficiários do Bolsa Família, mostraram-se insuficientes para compensar as perdas de renda e demoraram a chegar aos mais vulneráveis. Em síntese, a soma do contexto da inflexão ultraliberal com a pandemia de covid-19 acarreta a acentuação das desigualdades, sejam elas associadas ao padrão de urbanização (concentrado e desigual) ou as estruturas socioeconômicas e do mercado de trabalho (heterogêneas e subdesenvolvidas). Esses fenômenos podem ser observados com maior intensidade nas áreas metropolitanas.

As reformas liberalizantes e a crise econômica/baixas taxas de crescimento do período pós 2015 não recuperaram a atividade econômica nacional e precarizaram o mercado de trabalho. A crise reconfigurou o mercado de trabalho, que agora caracteriza-se por altas taxas de desemprego e de desalento, subutilização da força de trabalho e queda dos rendimentos médios. É uma dinâmica econômica em colapso com: quebra dos compromissos de política redistributiva, desemprego, desalento, queda do rendimento médio e

estagnação econômica. O principal diferencial da sessão livre “Dinâmica econômica em colapso: análise da estrutura setorial das metrópoles brasileiras” é o de desenvolver uma análise nacional que considera as diferenças regionais e tem como foco as regiões metropolitanas, *locus* importante dos processos de financeirização e desindustrialização e onde é possível observar com maior intensidade nosso padrão de urbanização concentrado e desigual e de estruturas socioeconômicas e de mercado de trabalho marcadas pela heterogeneidade e subdesenvolvimento. Qualquer projeto em debate, que pense a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro, precisa pensar o papel das metrópoles e essa SL pretende contribuir no avanço das discussões socioeconômicas e territoriais dos espaços metropolitanos no contexto nacional.

### **ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS**

Marcelo Gomes Ribeiro (IPPUR/UFRJ)

O debate recente sobre a questão industrial brasileira, pautado especialmente pelo processo de desindustrialização, tem ignorado a diversidade regional do país e a diversidade inerente à indústria de transformação. Essas descon siderações têm contribuído para confundir o entendimento do próprio processo de desindustrialização e dos efeitos econômicos e sociais daí decorrentes, tendo em vista que os ramos da indústria manufatureira possuem diferenças em termos de composição de capital, distintos níveis de complexidade tecnológica e diferenças de concentração territorial. Para melhor qualificação desse processo de desindustrialização brasileiro faz-se necessário caracterizar quais são os ramos da indústria de transformação em que mais se observa a concretude desse fenômeno e onde esse processo ocorre de maneira mais expressiva. No entanto, devido às economias de aglomeração, à proximidade do mercado consumidor e, também, do mercado de trabalho, as áreas metropolitanas constituíram-se no período da industrialização brasileira (1930 a 1980) como os principais *loci* da indústria de transformação do Brasil. O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar a estrutura da indústria de transformação das principais regiões metropolitanas do país vis-à-vis sua inserção regional-estadual e nacional, no período de 2007 a 2019, a partir de dados obtidos por meio de tabulação especial realizada pelo IBGE.

### **IMPACTO DA EXTRATIVA MINERAL SOBRE AS ECONOMIAS METROPOLITANAS NO PERÍODO RECENTE**

André Mourthé de Oliveira (UFOP)

Cláudia Júlia Guimarães Horta (Fundação João Pinheiro - FJP)

A economia brasileira vem passando por um contínuo processo de reprimarização de sua estrutura produtiva e exportadora desde 1990. Mesmo no período denominado “ensaio desenvolvimentista” (2003-2014) esse processo não foi revertido. No caso brasileiro a indústria extrativa mineral é a mais relevante economicamente. Esta vem se expandindo a taxas superiores ao crescimento do PIB desde o início deste século e atende à crescente demanda internacional, principalmente da China. Comparativamente ao processo de desenvolvimento pautado pela diversificação e integração decorrentes do

dinamismo da indústria, o crescimento no contexto neoliberal acentuou a especialização na produção competitiva de setores intensivos em recursos naturais, ampliando o insulamento dessas atividades agora voltadas mais para fora, acentuando, desta forma, a dependência externa. E no contexto mais recente, com a inflexão ultraliberal, a estratégia é reforçar a especialização na produção de recursos naturais para exportação. Diante desse cenário, o objetivo é analisar o impacto dessa indústria sobre as metrópoles brasileiras, avaliando a contribuição dela sobre o crescimento econômico, tributos, mercado de trabalho, investimento em P&D e o grau de encadeamento produtivo. O período em questão se estende de 2007 a 2019 e os dados serão obtidos junto ao IBGE, RAIS e demais fontes que analisam o setor.

## **O TERCIÁRIO NAS METROPOLES BRASILEIRAS**

Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN)  
Juliana Bacelar de Araújo (UFRN)  
Beatriz Tamasso Miotto (UFABC)

A literatura chama a atenção para o fato de que, diferentemente da forte correlação que existe entre expansão do terciário e desenvolvimento das economias dos países centrais - nas quais o aumento da riqueza e da renda determinaria a crescente participação dos serviços na geração de emprego e renda - nos países em desenvolvimento essa correlação não ocorre integralmente. Nesses países, a crescente presença do terciário aponta, de um lado, para a internalização de um terciário moderno e complexo, com maior grau de inter-relação com setores dinâmicos da economia. De outro lado, para o reforço das heterogeneidades já apontadas pela literatura do terciário subdesenvolvido, cuja base é composta por um conjunto de atividades tradicionais, de baixo nível de produtividade e refúgio da mão-de-obra de baixa qualificação. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a estrutura da economia terciária das principais regiões metropolitanas do país vis-à-vis sua inserção regional-estadual e nacional, no período de 2012 a 2019. A partir da análise dos dados da PNADC e de uma adaptação da classificação dos serviços segundo intensidade do conhecimento da EUROSTAT, elaborada pelo Observatório das Metrópoles, pretende-se refletir sobre os efeitos da crise no terciário e na divisão socioespacial do trabalho no país.

## **O CANTEIRO DE OBRAS: DO CICLO NEODESENVOLVIMENTISTA À INFLEXÃO ULTRALIBERAL**

Raul da Silva Ventura Neto (UFPA)  
Alexsandra Maria Vieira Muniz (UFC)

Por se tratar de segmento chave para a operação de políticas anticíclicas, durante a última experiência desenvolvimentista brasileira (2003-2014) os estímulos à indústria da construção civil foram mobilizados pelo Estado brasileiro como forma de elevar as taxas de investimento e o número de vínculos formais na economia do país. Contudo, devido à baixa composição orgânica das empresas que predominam no setor, as contratações na construção civil predominaram entre as faixas até dois salários mínimos –trabalhadores do canteiro – que representam a maior parte do contingente de trabalhadores da

construção civil nas regiões metropolitanas (RM) do país. Este trabalho tem como objetivo apresentar análises comparativas a respeito do mercado de trabalho da construção civil nas RM's de Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como suas inserções interescolares. Selecionamos um recorte temporal que abarca mais de uma década, segmentado em dois períodos: 2007-2014 e 2015-2019. As análises envolvem uma leitura geral das variações nos vínculos e na massa salarial dos trabalhadores da construção civil das RM's selecionadas, partindo de uma estratificação dos dados em faixas salariais para isolar o contingente mais diretamente ligado ao canteiro de obras.